

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: BNDES aprova R\$ 2,56 bi a Belo Monte.....	2
Título: É aí que mora o perigo	3
Título: Acionistas propõem acordo para diluir o controle da mineradora	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Justiça do Rio suspende licitação da Petrobras para peças do pré-sal.....	5
Título: Vale faz acordo histórico.....	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	7
Título: Acionistas da Vale decidem pulverizar controle da empresa	7
Título: Mineradora vai passar por período de transição.....	9
Título: China corta importação de carvão de Pyongyang	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Estados terão que vender empresas	11
Título: Em Bagdá, Mattis nega tomar petróleo.....	12
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Notas	14
Título: Vale só terá gestão 'sem dono' em 2021	15
Título: Fundos terão liquidez para R\$ 20 bi	16
Título: Analistas veem ganho para controlador e minoritário	19
Título: Mercado se impôs sobre a política na mineradora	20
Título: Petrobras está disposta a atender TCU para encerrar ação	21
Título: Importação volta a ameaçar siderurgia nacional.....	22
Título: Queda de preços do etanol começa a chegar aos postos	23

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: BNDES aprova R\$ 2,56 bi a Belo Monte**

Financiamento será usado para linha de transmissão que levará energia para o Sudeste

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou ontem um financiamento de R\$ 2,56 bilhões para a construção do primeiro de dois sistemas de transmissão da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, a terceira maior do planeta, para fazer escoamento de energia para a região Sudeste. A quantia é um adicional ao já acordado empréstimo-ponte do BNDES de R\$ 718 milhões, contratado em 2015, e prevê a construção de uma linha de transmissão com 2.092 km de extensão, que deve ser concluída até fevereiro de 2018.

A linha atravessará 65 municípios de Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais e duas subestações conversoras: Xingu, no Pará, e Estreito, em Minas Gerais. A beneficiária do financiamento é a sociedade Belo Monte Transmissora de Energia SPE S/A, controlada pelo grupo chinês State Grid (51%), em parceria com o Grupo Eletrobrás. Na semana passada, o consórcio que controla Belo Monte contratou os bancos JPMorgan e Bradesco BBI para buscar possíveis interessados em comprar a usina.

A linha de transmissão entre as subestações Xingu e Estreito é caracterizada como ultra-alta tensão, que permite índices de perdas menores no transporte da energia do que a tecnologia de corrente alternada. Além desta, haverá uma segunda linha de transmissão, com 2.550 km, que interligará as subestações Xingu (PA) e Nova Iguaçu (RJ) e uma terceira, que transportará energia até a região Nordeste, passando por Pará e Tocantins.

RECURSOS PARA PARQUES EÓLICOS

O BNDES aprovou um financiamento de R\$ 847,9 milhões para implantação de oito parques eólicos que formam o Complexo Eólico Serra da Babilônia, na Bahia. Segundo o banco, o empréstimo representa 57% do investimento do grupo Rio Energy, de R\$ 1,48 bilhão, que proporcionará capacidade geradora de energia de 223,25 megawatts, equivalente ao consumo de 480 mil residências.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ancelmo Gois****Título: É aí que mora o perigo**

O Conselho da Eletrobras, reunido na sexta, aprovou com louvor o nome de Luiz Fernando Vianna, que presidiu a Copel, para o comando da Itaipu Binacional. Mas o colegiado considerou inadequados, do ponto de vista técnico, os nomes indicados pela base política do governo para duas diretorias chave: financeira e técnica.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: Acionistas propõem acordo para diluir o controle da mineradora**

Analistas veem menor ingerência do governo. Ação dispara, e Bolsa vai a nível recorde

Os acionistas da Vale reunidos na Valepar, holding que controla a mineradora, apresentaram ontem proposta para pulverizar seu controle, de modo a listá-la no Novo Mercado, o mais alto nível de governança da BM&FBovespa. O objetivo é que isso ocorra em três anos. Até lá, a estrutura societária da empresa passará por uma transição, na qual os atuais acionistas no bloco de controle perdem poder.

Integram a Valepar os fundos de pensão Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Fundação Cesp, reunidos na Litel. A Elétron, que pertence ao banqueiro Daniel Dantas, também faz parte da Litel. Além deles, BNDESPar, Bradespar e a japonesa Mitsui compõem a holding. Juntos, eles detêm 54% das ações com direito a voto da Vale. Paralelamente, o novo acordo dará mais liquidez às ações detidas pelos fundos de pensão e demais sócios da Valepar. Hoje, essas ações não são negociadas em Bolsa, o que representa um problema especialmente para os fundos, que enfrentam dificuldades para equilibrar suas contas.

A notícia puxou o pregão na Bovespa, que avançou 1,16%, aos 68.532 pontos, o maior nível em quase seis anos. Segundo analistas, a medida aumentará a transparência e reduzirá a ingerência do governo. Tanto os papéis da Vale como os de sua acionista Bradespar dispararam após o anúncio do novo acordo de acionistas. A Vale ON (ordinária, com voto) subiu 6,93% (a R\$ 36,43), e a PNA (preferencial, sem voto) avançou 6,17% (R\$ 34,24). A ação da Bradespar saltou

16,62%, a R\$ 26,59. O dólar fechou com leve baixa, recuando 0,09% e cotado a R\$ 3,090 para venda. A sessão foi de baixo volume por causa do feriado do Dia do Presidente nos EUA, que fechou os mercados em Wall Street. Marcos Assumpção, analista da Itaú BBA, considerou a operação "criativa e positiva" para a Vale.

PRÊMIO DE 10% PARA CONTROLADORES

O novo acordo de acionistas da Valepar terá vigência de seis meses, a contar de 10 de maio. Nesse período, as ações da Vale serão unificadas. Quem tem ações preferencias terá os papéis convertidos em ações ordinárias. A conversão será voluntária, com base na média do valor de mercado das duas classes de ações nos últimos 30 pregões da Bovespa. Para a proposta vingar, ao menos 54% dos papéis preferencias terão de ser convertidos.

Em seguida, a Valepar será incorporada à Vale, como antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim no último domingo. Ou seja, seus acionistas terão participação direta na mineradora. Haverá, então, novo acordo de acionistas da Vale, não mais da Valepar, com duração até novembro de 2020. Num primeiro momento, 20% das ações da Valepar serão vinculadas a esse acordo, mas sua influência será reduzida.

— As reuniões prévias dos acionistas da Valepar deixarão de ser obrigatórias (nessas reuniões, eles decidiam como iam votar no Conselho). E os conselheiros não serão mais eleitos pela Valepar. O Conselho ganhará poder — afirmou o presidente da Vale, Murilo Ferreira.

Ao fim do processo, porém, os acionistas da Valepar terão um quinhão maior do que o atual. Segundo apresentação feita por executivos da Vale, a Valepar detém 33,7% do capital total da mineradora atualmente e passará a ter 36,7% após sua incorporação pela Vale. Resultado do prêmio de controle pago para equacionar a nova estrutura societária: haverá um incremento de 10% no volume de ações da Valepar, enquanto os demais acionistas serão diluídos em 3%.

A conversão das ações, a incorporação da Valepar pela Vale e as mudanças no estatuto da empresa ainda terão de ser votadas em assembleia, que deve ocorrer em 11 de junho. Por isso, mesmo aprovado, o novo acordo não muda em nada a próxima eleição dos conselheiros, que vai ocorrer em dois meses. Da mesma forma, o acordo não interfere na reeleição ou não de Murilo Ferreira para a presidência, cujo mandato termina em maio. Hoje, existe um acordo tácito entre os acionistas da Valepar, pelo qual a Bradespar indica o presidente da mineradora, e a Previ, o presidente do Conselho de Administração. Além disso, com os fundos de pensão de estatais e a fatia da BNDESPar, o governo brasileiro

detém força para interferir nessa nomeação, algo que deve deixar de ocorrer no futuro.

— É um marco tão importante quanto a privatização da Vale — disse Ferreira sobre a proposta do novo acordo de acionistas.

"GOLDEN SHARES" MANTIDAS

O acordo atual é de 1997, quando a Vale foi privatizada, e tinha 20 anos de duração. As golden shares, criadas nessa época e que asseguram poder de veto ao governo brasileiro em diferentes matérias, serão mantidas.

Os acionistas da Valepar poderão negociar suas ações a partir de fevereiro de 2018. Segundo a Previ, sua fatia na Vale soma R\$ 24 bilhões. A Petros, que está deficitária, não fez comentários. BNDES e Bradespar elogiaram a operação. A Mitsui não comentou.

— Com o acordo, fica mais fácil sair do negócio. Hoje, se a Previ quiser vender sua fatia, por exemplo, é difícil até avaliar o ativo que ela tem — explicou Luiz Caetano, analista da Planner. — A tendência é que o governo também deixe de ter ingerência sobre a empresa, melhorando a governança.

Colaborou Rennan Setti

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Lucas Vettorazzo / Nicola Pamplona

Título: Justiça do Rio suspende licitação da Petrobras para peças do pré-sal

A Justiça do Rio determinou a suspensão da licitação feita pela Petrobras para a compra de amarras para seis plataformas dos campos do pré-sal da cessão onerosa.

Conforme a Folha noticiou no dia 8, a Petrobras declarou vencedora empresa chinesa que não cumprirá as regras de conteúdo local, regulamentação do setor de petróleo que determina a contratação de percentual mínimo de produtos e serviços no Brasil.

As amarras fazem parte do sistema de ancoragem das plataformas e a regra vigente exige conteúdo local de 65%. A concorrente brasileira, chamada Brasil Amarras, entrou na Justiça contra o resultado que declarou a chinesa Asian Star Anchor Chain (Asac) vencedora.

Além do descumprimento do conteúdo local, argumentou também que a estrangeira praticou preços abaixo dos de mercado. A licitação é para um contrato de US\$ 50 milhões.

O juiz da 51ª Vara Cível do Rio, Alessandro Oliveira Felix, determinou em caráter liminar (provisório) a suspensão da licitação. Cabe recurso. Procurada, a Petrobras não se manifestou até a conclusão desta edição.

À época, a Petrobras alegou que "é a favor da política de conteúdo local e de um modelo que premie inovação, produção com qualidade, custos e prazos adequados".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona / Renata Agostini

Título: Vale faz acordo histórico

A Vale anunciou nesta segunda (20) um novo acordo de acionistas que vai pulverizar o controle da empresa, hoje nas mãos do Bradesco e de fundos de pensão estatais.

O objetivo, segundo a companhia, é fortalecer a governança e permitir o acesso ao Novo Mercado da Bovespa, uma espécie de selo de qualidade de empresas com boa gestão. Mas o processo também ajuda os fundos de pensão, que têm de vender ações para equilibrar suas finanças e pagar aposentadorias.

Pela proposta, as ações preferenciais deixarão de existir, sendo convertidas em ordinárias (com direito a voto). E a Valepar, empresa detida por Bradesco e pelos fundos e que exerce o controle da mineradora, será incorporada pela Vale.

Assim, não haverá mais um bloco de controle definindo os rumos da companhia, o que reduz também os riscos de ingerência política na gestão -hoje, o governo exerce influência por meio dos fundos e do BNDESPar, que também é acionista.

Com o anúncio, as ações ordinárias da Vale subiram 3,93%. As preferenciais (sem direito a voto), 6,17%.

Pelo acordo, um investidor só poderá ter 25% do capital da Vale. Quem quiser ter mais precisará fazer uma oferta para comprar a fatia de todos os demais acionistas.

A Vale chamará uma assembleia em junho para votar a proposta, que só entrará em vigor se for aprovada por detentores de 54% das ações.

A ideia é concluir o processo até o final de 2017. O acordo prevê um período de transição até 2020, no qual parte das ações ficam congeladas.

ALÍVIO

A mudança na estrutura da Vale resolve um problema para os fundos, que estiveram às voltas com rombos bilionários. Hoje, Previ (dos funcionários do BB), Funcef (Caixa), Petros (Petrobras) e Funcesp (Cesp) detêm ações na Vale por meio da Litel -que por sua vez é sócia da Valepar. Com esse modelo, os fundos não podem vender ações a qualquer tempo na Bolsa.

Para a Previ, a mudança era essencial para viabilizar o pagamento de aposentadorias. A fatia na Vale é o principal ativo do Plano 1, o maior de seus planos, que tem 15,5% do capital total da Vale. Tal fatia, porém, está "presa" no bloco de controle.

Com a mudança, boa parte das ações estará livre para negociação a partir de fevereiro de 2018, diz a Previ. O restante estará livre em 2020.

O Plano 1 teve rombo de R\$ 13,9 bilhões em 2015, mas os resultados haviam sido revertidos até novembro de 2016.

A Funcef, que tem 12,8% da Litel, também comemorou a possibilidade de ter opções para a venda de sua fatia, destacando em nota que metade das ações ordinárias poderá ser negociada na Bolsa após seis meses.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: Acionistas da Vale decidem pulverizar controle da empresa

Mudança. Proposta de pôr fim à Valepar, holding que controla a mineradora, e de listar a companhia no Novo Mercado deve blindar a Vale da ingerência política, afirmam analistas; atenções agora devem se voltar para definição de quem será o novo presidente da empresa

Após anos de negociações entre seus controladores, a Vale deu ontem um passo histórico ao anunciar que se tornará uma companhia de capital pulverizado e listada no Novo Mercado, segmento de mais alta governança da BM&FBovespa. O acerto de um novo acordo de acionistas pelos controladores elimina um fator de incerteza sobre os papéis da Vale e, segundo analistas, tende a blindar a companhia da ingerência política. Com o anúncio, as atenções agora devem se

voltar para a definição de quem será o novo presidente da companhia após o fim do mandato de Murilo Ferreira, em maio.

Nos bastidores, o presidente Michel Temer tem defendido a escolha de um nome de mercado ao cargo. Outra opção que ganha força seria a permanência de Ferreira à frente da mineradora até o fim do governo para consolidar a imagem de autonomia de atual gestão. Em teleconferência, Ferreira afirmou que a companhia esteve, nos últimos tempos, focada nas discussões do acordo de acionistas. Disse ainda que não negociou com os controladores a renovação de seu contrato para seguir à frente da Vale.

Na estrutura atual, definida após a privatização de 1997, os fundos de pensão estatais reunidos na Litel - Previ (Banco do Brasil), Funcef (Caixa), Petros (Petrobrás) e Fundação Cesp -e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (por meio do BNDESPar) têm a maior fatia das ações Vale-par, holding que controla a mineradora. A Valepar reúne ainda os sócios privados Brades-par, braço de participações do Bradesco, e Mitsui.

"Estamos diante de uma oportunidade histórica para a Vale, um marco, como foi a privatização", disse Ferreira. O novo acordo foi bem recebido. Na Bolsa, as ações ON (com direito a voto) da Vale subiram 6,93%, e as PN, 6,17%.

O novo acordo entra em vigor em 10 de maio e valerá por seis meses, período em que a companhia passará por processo de transição (ver matéria ao lado). As mudanças na governança da Vale tornarão seu conselho mais independente. Entre outras coisas, a Valepar não terá mais reuniões prévias obrigatórias. Na prática, os acionistas controladores decidiam nessas reuniões como iriam votar no conselho. "O conselho vai ganhar um poder que não tem hoje", disse o diretor de Finanças da Vale, Luciano Siani.

A renegociação do acordo era vital, segundo fontes, para evitar que apenas um dos acionistas se tornasse controlador, tirando poder dos outros integrantes do acordo feito na privatização. Indiretamente, quem mais possui ações da Vale é a Previ. Com as novas condições acertadas, a partir de 2020 nenhum acionista terá poder de controle sobre a companhia.

Debate. O Estado apurou que as discussões para a renovação do acordo de acionistas da Vale, que vence em 9 de maio, vêm ocorrendo há pelo menos quatro anos. O modelo que prevê a unificação das ações e a pulverização do controle se tornou consenso há cerca de seis meses. O negócio acabou de ser alinhavado na última semana e foi comunicado à diretoria executiva da companhia no domingo.

Para analistas, as mudanças no acordo de acionistas dão mais peso à Vale na Bolsa e, no longo prazo, deixam os papéis da mineradora mais atrativos para estrangeiros. "Achei bem positivo para ação pelo lado da governança, porque elimina qualquer risco político via os fundos de pensão", disse Marco Saravalle, da XP Investimentos.

"A transação nos parece muito positiva para a Vale, que passará a ter um padrão de governança equiparável às melhores empresas globais", disse Alessandro Zema, - co-responsável pelo Banco de Investimento do Morgan Stanley, que assessorou a operação. Em relatório, o banco JP Morgan disse que as mudanças trarão ganhos tanto para atuais controladores quanto para os acionistas minoritários.

A pulverização do controle representa ainda uma porta de saída para os controladores. Com o fim da Valepar e do bloco de controle, os acionistas poderão vender diretamente no mercado fatias de sua participação na mineradora, sem ter de negociar com os sócios. /COLABORARAM JOSETTE GOULART, MARCELLE GUTIERREZ E KARIN SATO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: Mineradora vai passar por período de transição

Etapas precisam ser aprovadas por acionistas para a listagem da mineradora no Novo Mercado

Ações da Vale sobem 6% com anúncio de novo acordo de acionistas

Novo presidente da Vale deve ser 'nome do mercado'

O novo acordo de acionistas proposto pelos atuais controladores da Vale – Litel (que reúne os fundos de pensão Previ, Petros, Fundação Cesp e Funcef), Bradespar, Mitsui e BNDESPar – pretende tornar a mineradora uma companhia com controle pulverizado e listada no Novo Mercado, segmento de mais alto nível de governança da BM&F Bovespa, após 2020.

O documento entra em vigor em 10 de maio, após o término do acordo atual, e valerá por seis meses. Será preciso cumprir etapas obrigatórias e interdependentes, a serem aprovadas em assembleia de acionistas.

Uma delas será a conversão voluntária das ações preferenciais classe A em ações ordinárias (ON, com direito a voto), na relação de 0,9342 ON por cada PNA. Ela

terá como base a média de preço de fechamento dos últimos 30 pregões da Bolsa anteriores a 17 de fevereiro. A condição para a operação ocorrer é a adesão de, pelo menos, 54,09% dos detentores de ações preferenciais.

Os acionistas também terão que aprovar modificações no estatuto social da Vale, que passará a seguir as regras do Novo Mercado. Entre elas, a obrigatoriedade da mineradora de ter pelo menos 20% de seu conselho de administração composto por membros independentes e dar tratamento igualitário a todos os detentores de ações ordinárias, com a realização de uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) necessária em caso de alienação do controle.

O acordo prevê ainda a incorporação pela Vale da Valepar, holding que reúne os acionistas que fazem parte do bloco de controle da companhia. Com o fim da Valepar, os acionistas passam a ser detentores diretos de ações da mineradora e recebem um prêmio por sua participação, com um acréscimo de 10% em sua fatia no capital total. Já os demais acionistas terão suas participações diluídas em 3%.

Prazo. A previsão é que a incorporação seja efetivada em agosto e, a partir daí, um novo acordo de acionistas da Vale comece a valer. Caso haja a conversão integral das preferenciais, a partir desse momento os atuais controladores da Vale passarão a deter uma fatia de 36,73% do capital social e votante, contra os atuais 33,7%. Os fundos de pensão ficariam com 21,33%, a Bradespar com 6,41%, a Mitsui com 5,51% e a BNDESPar com 3,48%, além de 5,16% referentes à participação atual na empresa fora do acordo de acionistas.

Esse novo acordo vinculará apenas 20% das ações ordinárias pertencentes aos atuais controladores da Vale e valerá até novembro de 2020. Ao fim desse prazo a expectativa é que a empresa deixe de ter um acordo de acionistas para fazer parte do Novo Mercado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional

Autor: Cláudia Trevisan / Correspondente, Washington

Título: China corta importação de carvão de Pyongyang

Para analistas, gesto pode ser visto como ato de boa vontade de Pequim a Trump

A China anunciou no fim de semana a suspensão de todas as suas importações de carvão da Coreia do Norte, o que vai acabar com uma das principais fontes de receita do regime de Kim Jong-un e aumentar o impacto das sanções impostas ao país pela ONU.

Ao mesmo tempo, Pequim defendeu a retomada de negociações sobre o programa nuclear de Pyongyang. A medida valerá até o fim do ano e foi adotada menos de uma semana depois do teste de míssil balístico realizado pela Coreia do Norte. Ela também ocorre em um ambiente conturbado pelo assassinato de Kim Jong-nam, o meio-irmão do ditador Kim Jong-un, que vivia em Macau sob proteção do governo chinês. Os sul-coreanos suspeitam que sua execução tenha sido ordenada pelo dirigente norte-coreano.

A venda de carvão representa 42% das exportações da Coreia do Norte para a China, que é o destino de 90% de todas as vendas externas do país. Os embarques do produto foram alvo de sanções da ONU em março. Ainda assim, a China manteve suas compras por exceções abertas para casos em que a interrupção ameaçasse a “subsistência” do exportador.

A mudança de posição representa um endurecimento de Pequim com o aliado regional e foi interpretado por analistas como um sinal de boa vontade em relação ao governo de Trump.

Desde a campanha, ele pressiona a China a adotar uma posição mais dura em relação ao vizinho, com o objetivo de conter suas ambições nucleares. Em entrevista à Fox News, no mês passado, Trump disse que Pequim tem “controle total” sobre a Coreia do Norte. “A China deveria resolver o problema. E, se eles não resolverem o problema, nós faremos com que o comércio seja muito difícil para a China.”

Na véspera do anúncio da suspensão das importações de carvão, o secretário de Estado americano, Rex Tillerson, havia pedido ao ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, que seu governo usasse “todos os meios” à disposição para conter a Coreia do Norte.

Depois de encontro entre ambos na Alemanha, Wang defendeu a retomada das negociações em torno do programa nuclear do país, para que seja quebrado o “ciclo negativo” de “teste nuclear, sanções, teste nuclear e de novo sanções”.

Wang disse ser crucial que EUA e Coreia do Norte cheguem a uma “decisão política”. Os dois países continuam tecnicamente em guerra, já que o conflito na Península Coreana foi encerrado em 1953 com um armistício e não um acordo de paz.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Estados terão que vender empresas

O governo federal delimitou quais ativos os estados vão ter de privatizar para ter acesso ao novo Regime de Recuperação Fiscal, cujo principal benefício é a suspensão do pagamento das dívidas com a União por até três anos. Os Estados em dificuldades financeiras terão de aprovar nas assembleias legislativas leis autorizando a privatização de empresas dos setores financeiros, de energia e de saneamento. Os recursos obtidos deverão ser destinados para a quitação de dívidas.

O texto do projeto que cria o programa de socorro aos estados foi entregue, no fim da tarde de ontem, ao presidente Michel Temer pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Além de criar o novo regime, o projeto flexibiliza a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para o ente federativo que aderir ao programa. A previsão é que a Casa Civil envie o documento ao Congresso Nacional ainda nesta terça-feira. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que o projeto deverá ser aprovado “até a primeira quinzena de março”.

A primeira versão do projeto, que acabou sendo vetada por Temer por ter sido desfigurado durante a tramitação no Legislativo, falava apenas da criação de um programa de desestatização pelos estados que aderissem ao plano, sem especificar as áreas pretendidas. A União, porém, quer que os estados em pior situação vendam estatais como a Companhia de Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), do Rio, a companhia de energia mineira Cemig e o banco gaúcho Banrisul, mas muitos resistem. O Rio Grande do Sul, por exemplo, não quer abrir mão do banco estadual e ofereceu outros ativos, como a distribuidora de energia CEEE. No caso de Minas, o governador Fernando Pimentel disse que não vê motivos para privatizar a Cemig.

O novo projeto prevê que os estados deem como garantia para a União a receita de tributos como a do ICMS e a do Fundo de Participação dos Estados. O projeto prevê ainda a suspensão de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) durante a vigência do plano para os estados que aderirem. A intenção é possibilitar que eles obtenham financiamentos em bancos oficiais mesmo tendo ultrapassado limites de gastos e de endividamento previstos na lei.

Foi mantida no texto a previsão de elevação da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores estaduais para, no mínimo, 14%. O prazo de vigência do plano de recuperação será limitado a 36 meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Mundo

Autor:

Título: Em Bagdá, Mattis nega tomar petróleo

A afirmação do general James Mattis, secretário de Defesa dos Estados Unidos, ao chegar a Bagdá, soou como uma tentativa de apaziguar os temores provocados pelas polêmicas declarações do presidente norte-americano, Donald Trump. Durante a campanha presidencial e dias depois de ser eleito, Trump disse que as tropas dos EUA deveriam ter se apropriado do petróleo iraquiano para financiar a guerra e privar o grupo extremista Estado Islâmico (EI) desta fonte vital de renda.

Mattis, o “cachorro louco”, um general da Marinha reformado que participou da invasão do Iraque, aparentemente rejeitou a ideia. “Nos Estados Unidos, pagamos normalmente pelo gás e pelo petróleo, e estou certo de que vamos continuar fazendo isso no futuro. (...) Não estamos no Iraque para nos apoderarmos do petróleo”, comentou, ao iniciar a primeira visita do Iraque como secretário de Defesa.

No mês passado, em discurso na sede da Agência Central de Inteligência (CIA), Trump afirmou que os Estados Unidos “deveriam ter tomado o petróleo”, depois de terem retirado a maior parte das tropas do Iraque sob o mandato de Barack Obama. Sem dar mais detalhes, o presidente acrescentou: “Talvez tenhamos outra oportunidade”.

Outro assunto delicado, pelo qual Trump foi muito criticado pelas lideranças iraquianas, foi o decreto de proibir temporariamente a entrada nos EUA de cidadãos de sete países muçulmanos, incluindo o Iraque. O texto foi suspenso pela Justiça americana, mas a Casa Branca advertiu que prepara novo decreto para burlar a decisão dos tribunais. Nesse sentido, Mattis garantiu não conhecer o novo decreto, mas se disse convicto de que isso não afetará os iraquianos que trabalham com as forças norte-americanas.

Mossul

Com o apoio de aviões e helicópteros, as forças iraquianas avançaram ontem em direção ao aeroporto de Mossul, o primeiro alvo da ampla ofensiva para expulsar o EI da região oeste da segunda maior cidade do Iraque. As autoridades iraquianas esperam que o chefe do Pentágono reafirme o apoio da coalizão internacional liderada por Washington à luta contra os extremistas, durante reuniões com o primeiro-ministro, Haider Al-Abadi, e o ministro de Defesa, Irfan Al-Hiyali. No domingo, as tropas iraquianas retomaram 15 localidades no caminho até o aeroporto.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Notas

CCCC interessada na Fiol

Além da ferrovia Transnordestina, o conglomerado de infraestrutura China Communications Construction Company (CCCC) tem interesse na Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), na Ferrogrão e na Norte-Sul, apurou o Valor. As três ferrovias constam o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e terão os editais para concessão lançados no segundo semestre deste ano. Na semana passada, o Valor publicou que, pressionada pelo governo, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), concessionária da Transnordestina, pretendia retomar tratativas com os chineses da CCCC para uma eventual entrada dos asiáticos no negócio, que já consumiu mais de R\$ 6 bilhões e tem metade das obras executadas.

BNDES libera recursos

O BNDES aprovou financiamento no valor de R\$ 2,56 bilhões para a construção do primeiro dos dois linhões de transmissão que escoarão energia da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), para o Sudeste, informou. O projeto pertence à Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE), consórcio formado pela chinesa State Grid (51%) com a Eletrobras. O valor aprovado equivale a 46% do investimento previsto no empreendimento, de R\$ 5,6 bilhões. Do total a ser financiado, R\$ 1,68 bilhão serão em operação direta e R\$ 875 milhões por meio de repasse da Caixa Econômica Federal.

Abengoa no Chile

A espanhola Abengoa, que está em recuperação judicial no Brasil, foi contratada para construir uma linha de transmissão de 140 quilômetros e fazer melhorias em duas subestações no Chile. O projeto, contratado pela Transelec, tem orçamento previsto de US\$ 93 milhões. A empresa realizará o serviço por meio de um consórcio do qual também participa a Kipreos Ingenieros, que ficará responsável pela engenharia, fornecimento e construção do projeto, que será realizado na região de Antofagasta, no Norte do Chile, e está previsto para começar em setembro deste ano. As obras devem ser concluídas até o fim de 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Graziella Valenti****Título: Vale só terá gestão 'sem dono' em 2021**

A adoção do novo modelo de governança da Vale será implantada de forma gradual. O ápice será só em novembro de 2020, quando termina o acordo de acionistas de transição e a empresa não terá dono ou grupo de acionistas organizado. Esse é o plano. A estrutura da operação foi desenhada de forma a tentar retirar o peso do risco político do valor da empresa, segundo o Valor apurou com fontes próximas às negociações. A expectativa é que a companhia consolide uma estrutura de capital pulverizada nos próximos três anos, até que não haja necessidade de nenhum outro acordo de sócios. Do contrário, a mudança prática será menor.

Os controladores da Vale decidiram há três meses que o objetivo da rediscussão do acordo de acionistas - que vence no próximo dia 10 de maio - seria pulverizar o capital, levar a companhia ao Novo Mercado e deixar os sócios com participações diretas na mineradora e livres para vendê-las.

Assim como ocorreu em Embraer, em 2006, a pulverização do capital da Vale foi proposta pela Previ - caixa de previdência dos funcionários do Banco do Brasil. A participação das fundações na Vale está organizada na Litel.

O desenho da transação foi feito pelo banco de investimentos Morgan Stanley, que há mais de quatro anos trabalha na negociação. A instituição atuou ao lado do escritório de advocacia Vieira Rezende.

A negociação em torno da estrutura anunciada foi rápida, segundo fonte próxima à operação. Os principais sócios brasileiros, Previ, BNDESPar e Bradespar abraçaram o projeto. O grupo japonês Mitsui foi o mais resistente e queria novo acordo de longa duração.

Conforme fontes próximas às negociações, os acionistas concordam que o risco político tira valor do negócio e pesa sobre as ações da Vale e mudar essa percepção beneficia a todos. A troca de governo foi fundamental para o avanço das conversas e para adoção deste modelo. Segundo executivo envolvido nas conversas, estrutura semelhante havia sido testada em debates anteriores, mas sem sucesso, pois o controle era um tabu.

O modelo agora adotado permite que, a partir de fevereiro de 2018, os sócios que hoje estão em Valepar possam vender a fatia que for excedente ao novo acordo de acionistas. O acordo válido até novembro de 2020 vai amarrar 20% das

ações ordinárias da companhia - ante os 54% atuais. A partir de dezembro 2020, caem todos os limites e cada acionista conduzirá sua participação como quiser.

Os maiores acionistas continuam Litel, dos fundos de pensão, e BNDESPar, respectivamente, com 21,3% ou mais e 8,6% das ordinárias. Há grande expectativa no mercado de que estes acionistas comecem um movimento de redução de suas participações - com uma velocidade que será ditada pelo humor do mercado.

A venda seria, justamente, a consolidação da cultura de empresa sem dono na Vale. Sem a redução das posições, os blocos de influência serão mantidos.

Com as mudanças anunciadas, nenhum sócio sozinho terá mais do que 25% das ações ordinárias. E será incluído no estatuto uma regra para que ninguém possa alcançar essa fatia sob pena de ter de lançar uma oferta de compra a todos os acionistas ordinários da mineradora. A cláusula visa conservar a dispersão acionária mas, ao mesmo tempo, serve para dificultar a composição de um grupo de oposição aos atuais sócios.

O modelo societário e as etapas foram calculadas de forma a assegurar que, mesmo no cenário de adesão mínima dos preferencialistas à conversão em ações ordinárias, os atuais controladores tenham menos de 50% dos votos. A fatia somada que terão ao fim de todas as etapas vai variar entre 41% e o limite de 49,99%, a depender da adesão dos preferencialistas à conversão em ordinárias.

A gestão da Vale terá um período de transição. A "estabilidade", segundo fonte envolvida na transação, será dada pelo conselho de administração. Na assembleia geral deste ano, serão eleitos novos membros do conselho, com mandatos de dois anos - portanto, até abril de 2019. A indicação para essa composição será feita pela Valepar como controladora majoritária. A próxima eleição do conselho, em 2019, vai representar o acordo com 20% das ordinárias.

A Vale só terá a gestão de uma companhia de capital pulverizado na eleição de conselho de 2021, quando o novo acordo tiver vencido e não renovado. A expectativa é que até lá a base de sócios tenha sofrido alterações significativas. O conselho de administração é conceitualmente o órgão máximo de decisão das sociedades por ações. Mas é nas empresas sem dono que o conselho alcança sua máxima relevância.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol e Fernando Torres

Título: Fundos terão liquidez para R\$ 20 bi

Com uma participação indireta na Vale avaliada em R\$ 39,13 bilhões, já considerando a valorização de ontem na bolsa, os principais fundos de pensão do país devem, ao menos em tese, ganhar liquidez para uma fatia avaliada em R\$ 20,78 bilhões em ações.

De acordo com os termos da reorganização societária anunciada ontem pelos controladores da Vale - mas que ainda será submetida à aprovação dos acionistas minoritários -, a Litel, veículo de investimento dos fundos de pensão na mineradora, ficará com 21,33% do capital da companhia. Mas apenas uma fatia equivalente a 10 pontos percentuais permanecerá vinculada ao acordo de acionistas, que valerá até novembro de 2020. Dentro do bloco de controle, os fundos terão 50% dos votos.

Os termos estabelecidos indicam que os 11,33% restantes estarão disponíveis para venda. Mas só a partir de fevereiro de 2018, já que haverá um período de restrição para os papéis no curto prazo.

Apesar da maior facilidade que terão para monetizar o investimento na Vale, o próprio presidente da mineradora, Murilo Ferreira, ressaltou, durante teleconferência com investidores, que a Litel não será dissolvida e que caberá aos fundos de pensão definir os mecanismos que usarão para dar liquidez ao investimento. "Não temos conhecimento do que cada acionista vai fazer", disse Ferreira aos analistas.

A permanência da Litel como veículo de investimento dos fundos, em vez de uma participação direta de cada fundação, deve garantir um papel predominante para a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, na tomada de decisões sobre o que fazer com as ações.

Dentro da Litel, a Previ possui 80,6% do capital total. As demais acionistas são Funcef (da Caixa Econômica Federal), com 11,5%, Petros (da Petrobras), com 6,95% e Funcesp (empresas do setor elétrico do Estado de São Paulo), com apenas 0,95%

"A Previ mantém-se predominante na estrutura que continuará existindo e continua capitaneando o processo e os outros fundos estão a reboque pelo menos até 2020", disse uma fonte.

Atualmente, dos quatro membros do conselho de administração da Litel, três são da Previ. O atual presidente da Funcef, Carlos Fernandes, também faz parte do conselho, segundo o formulário de referência mais recente do veículo de investimentos. Na diretoria da Litel, estão ainda dois diretores do fundo de pensão do Banco do Brasil, Renato Lopes e Marcel Barros, e o presidente da Previ, Gueitiro Genso.

A prevalência da posição da Previ sobre o que será feito da Litel no futuro repetirá o que se observou na própria reestruturação anunciada ontem, conforme duas fontes ouvidas pelo Valor

Foi o fundo de pensão dos funcionários do BB que liderou o processo de renegociação do acordo de acionistas. As demais fundações foram envolvidas somente quando a proposta já estava pré-estabelecida.

Em 2016, a Vale representava 14,6% dos investimentos totais da Previ e 30,6% da carteira de renda variável. Atualmente, o Plano 1 - maior e mais maduro, e que concentra a maior parte dos investimentos da entidade na empresa - detém 15,50% do capital total da Vale, avaliada em R\$ 24,2 bilhões (pelos critérios que a fundação usa no seu próprio balanço, por meio de laudo e fluxo de caixa descontado). No Previ Futuro, a fatia equivale a 0,17% do capital total.

A participação do Plano 1, dos funcionários mais antigos, e a mais relevante, é justamente detida por meio das ações que a Litel possui na Valepar (controladora da Vale). "Essa falta de liquidez era um dos desafios a serem superados pela atual administração da Previ, a fim de fazer frente aos pagamentos das aposentadorias, sem prejudicar o preço de mercado dos ativos", disse o fundo de pensão, em nota.

A Previ afirmou ainda que "o novo acordo, após passar pelo rito das aprovações regulamentares do mercado (...) poderá contribuir para a atração de outros investidores estrangeiros, o que garante a expansão das atividades da Vale".

No Plano 1 da Previ, a Vale foi responsável "em grande parte" pela geração de superávits que na década passada ajudaram a constituir reservas especiais. Os participantes do Plano 1 chegaram a ficar com a contribuição suspensa de 2007 a 2013, diante da sobra de recursos. O mesmo aconteceu com a Funcef, tendo os investimentos em Vale sido responsáveis, na última década, por superávits que ocasionaram a distribuição de benefícios vitalícios aos participantes, disse a entidade, também em nota.

Em janeiro, a Funcef disse que analisava vender sua fatia na Vale, mas que ainda estava "em estudo" e sob sigilo.

Procuradas, Petros e Funcesp não manifestaram-se sobre suas participações na Vale e o novo acordo de acionistas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Analistas veem ganho para controlador e minoritário**

Apesar de todo o mercado já estar preparado com antecedência para uma mudança no acordo de acionistas da Vale com unificação das classes de ações, os termos pegaram os analistas de supetão. A imensa maioria classificou o processo anunciado pela mineradora como uma vitória tanto para controladores como para acionistas minoritários.

Dentre os ganhos citados para a companhia, apareceram a melhora na governança corporativa, o sinal de menor interferência do governo na empresa, o ganho de liquidez para quem negocia com os papéis, além de potenciais reduções no custo de capital. O BTG Pactual chegou a citar um ambiente melhor em geral na bolsa brasileira, que teria a capacidade de atrair mais o investidor estrangeiro com a diminuição do chamado risco-país.

"Essa melhora de governança corporativa provavelmente se traduzirá em uma reavaliação das ações da Vale", escreveram os analistas Rodolfo Angele e Lucas Ferreira, do J.P. Morgan, em relatório. Um dos benefícios citados pelo banco é o ágio de R\$ 3,07 bilhões da Valepar, ainda da época da privatização, que será incorporado pela controlada. Marcos Assumpção, do Itaú BBA, classificou a operação desenhada como "uma solução criativa e positiva".

No geral, os analistas classificaram a diluição prevista para os minoritários como um "bom preço a se pagar" pelas melhorias na estrutura de capital da mineradora que o novo acordo pode proporcionar. Ivano Westin e Renan Criscio, do Credit Suisse, afirmam que com os investidores fora do bloco de controle sendo diluídos, de fato, em 3%, o fato de a Vale rumar para ser uma "corporation", com controle pulverizado, é largamente positivo.

Felipe Hirai, do Bank of America Merrill Lynch (BofA) foi além e disse que a diluição seria de 0,8% no capital ordinário e de 2,1% no preferencialista. Isso é completamente compensado, acrescentou no texto, pela evolução na governança. É essa melhora que poderia levar a Vale a uma outra posição para o investidor estrangeiro, mais próxima de suas concorrentes Rio Tinto e BHP Billiton, opinou.

A bolsa recebeu o anúncio muito bem e as ações ordinárias da companhia subiram 6,93%, para R\$ 36,43, enquanto as preferenciais classe A avançaram 6,17%, para R\$ 34,24. Apesar disso, a companhia segue subavaliada quando comparada com as outras duas grandes mineradoras anglo-australianas.

A Vale é a maior produtora de minério de ferro do mundo, com Rio Tinto em segundo lugar e BHP em terceiro. Mas as outras duas empresas do setor também produzem mais cobre e petróleo, por exemplo, e sempre tiveram prêmio do mercado, no caso do minério de ferro, por sua proximidade com a China e sua estrutura de capital mais simples.

Dos mais contumazes em sua análise positiva, o BTG disse que a Vale vive um "alinhamento das estrelas". Além das oportunidades de criação de valor com o novo acordo de acionistas, a instituição cita a insistência do minério de ferro em se manter perto da casa dos US\$ 90 por tonelada.

Na contramão, o UBS acha que foi a commodity quem respondeu por grande parte da valorização das ações ontem. O minério avançou 2,2%, para US\$ 92,34. Os analista Andreas Bokkenheuser, Marcio Farid e Sean Glickenhauz acreditam que outros fatores pressionam mais a mineradora, como o alto endividamento, baixos dividendos e a crise da Samarco. "Sobre esses assuntos, os investidores ainda querem respostas." (Colaborou Aline Cury Zampieri)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Maria Cristina Fernandes e Marcos de Moura e Souza

Título: Mercado se impôs sobre a política na mineradora

Depois de ter sido cerceada pelo Judiciário, foi a vez de a política ser enquadrada pelo mercado. Foi assim que o deputado Marcos Montes (MG), líder do PSD na Câmara dos Deputados, e um dos parlamentares mais próximos de Murilo Ferreira, presidente da Vale, reagiu à notícia do acordo de acionistas.

O acordo, que tende a pulverizar o controle da empresa, diluindo o poder de fundos de pensão e da BNDESPar, foi considerado uma reação do mercado à ofensiva política pela cadeira de Ferreira. Vinham da bancada do PMDB e do PSDB de Minas, capitaneadas pelo vice-governador do Estado, Antonio Andrade, e pelo senador Aécio Neves, as maiores pressões pela substituição do executivo.

Além do impacto positivo sobre o mercado de capitais, o acordo tirou das costas do presidente Michel Temer a arbitragem da disputa política pelo comando da empresa. "Foi um movimento que se impôs a partir do mercado sobre uma política que ainda não se deu conta de que o país vive um novo momento", disse Montes.

O deputado federal Fábio Ramalho (PMDB de Minas), elogiou a mudança na Vale. Disse que a empresa tem de estar acima das questões político-partidárias e

defendeu a permanência de Ferreira. "A Vale tem que ser governada por executivos do ramo. Se o atual está no caminho certo por que tirar?".

Na semana passada, Andrade relatou que Temer lhe tinha relatado que a Vale teria um executivo do mercado. "Não vai ser indicação nem do Aécio nem do PMDB".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto

Título: Petrobras está disposta a atender TCU para encerrar ação

Se não houver mais nenhum pedido de vista, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) vai liberar amanhã a continuidade do programa de venda de ativos da Petrobras. As privatizações estão atualmente vedadas por uma cautelar do ministro José Múcio Monteiro. A medida estava prestes a ser derrubada no último dia 1º, mas a decisão foi interrompida por um pedido de vista do ministro Bruno Dantas. Ele devolverá o processo à pauta com voto favorável à continuidade do programa, desde que a Petrobras atenda às recomendações feitas pela unidade técnica.

A empresa está disposta a cumprir as determinações, mas anda mais preocupada em virar a página do TCU. O plano, entretanto, pode esbarrar em mais um pedido de vista, desta vez do ministro Augusto Nardes. A direção da Petrobras está aflita porque o impasse está afetando até mesmo os negócios já autorizados pelo tribunal de contas.

A cautelar de Múcio, expedida em dezembro do ano passado, excluiu da proibição cinco ativos cujas negociações já estavam avançadas. Essas transações, no entanto, emperraram em liminares concedidas pela Justiça a pedido de sindicatos de petroleiros. As liminares impediram a conclusão da venda dos campos de Baúna e Tartaruga Verde para o grupo australiano Karoon, um negócio de US\$ 1,5 bilhão.

Segundo o Valor apurou, a demora tem preocupado os australianos, que já estariam enfrentando problemas com seus sócios na operação. Também estão paradas devido a liminares judiciais a venda da Companhia Petroquímica de Suape. Localizado em Pernambuco, o empreendimento foi vendido a um grupo mexicano. A Petrobras ameaça fechar o complexo caso a transação não seja concretizada.

Há uma avaliação de que a cautelar do TCU tem pesado nas decisões judiciais, daí a necessidade de uma definição do processo no tribunal de contas. A Petrobras

quer usar o acórdão favorável do TCU em seus recursos na Justiça, mas alguns estão com os prazos próximos do vencimento. O ideal para a estatal é que o tribunal de contas decidisse a questão antes do feriado do Carnaval.

Se isso acontecer, o programa de venda de ativos terá de ser praticamente reiniciado, com exceção dos cinco negócios já avançados. O processo terá de ser adaptado às regras determinadas pelo TCU. Entre as exigências está a publicação prévia de fato relevante sobre a oportunidade do negócio a ser alienado. A estatal também vai ter de permitir a habilitação de quaisquer interessados em adquirir o ativo.

Em deferência ao "princípio da igualdade, da impessoalidade e da competitividade", a Petrobras também terá de divulgar a todos os licitantes as informações levantadas no processo de perguntas e respostas e garantir aos participantes oportunidades iguais de negociação.

Alguns ministros criticaram a cautelar do relator, classificada de "infantil". A Petrobras teria explicado a esses ministros que o programa de venda de ativos depende do monitoramento constante da "temperatura" do mercado e que a divulgação prévia e ampla do ativo a ser alienado pode resultar em perdas para a companhia, uma vez que os eventuais interessados teriam a chance de barganhar preços substancialmente mais baixos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Importação volta a ameaçar siderurgia nacional

A valorização do aço no mercado internacional, impulsionada pela escalada das matérias-primas, ainda é insuficiente para ajudar a siderurgia nacional a promover novos reajustes. Mas o fortalecimento do real traz de volta a ameaça da importação. A bobina a quente chinesa registra alta de 12% em 2017, enquanto nos EUA há avanço de 4%. Contudo, o dólar recuou 6,5% no período.

Segundo fonte do mercado, o enfraquecimento do dólar e os reajustes de janeiro levam o produto nacional a nível alto demais. O prêmio sobre importados está entre 20% e 25%, acima da faixa de 10% a 15% considerada saudável para a concorrência. Na sexta-feira, Sergio Leite, vice-presidente comercial da Usiminas, disse que o prêmio está entre 10% e 15% e não teme crescimento expressivo da importação.

Com o preço maior, a fonte lembra que começa a ser mais interessante para alguns clientes recorrer a compras do exterior. Além disso, com maior

disponibilidade de crédito e a economia nacional se estabilizando, importadores estão com as finanças mais controladas e começam a retomar a atividade.

"Hoje, a maioria das importadoras é grande e mais sólida financeiramente, então consegue se comprometer um pouco mais com compras de lotes do exterior", disse. "No caso de chapas grossas e laminados a quente, não é atrativo devido ao antidumping contra Rússia e China. Já laminados a frio podem sofrer concorrência."

Dados do Instituto Aço Brasil, mostram que a importação cresceu 99% em janeiro, em comparação anual, para 209 mil toneladas. Sua participação no consumo aparente passou de 10% para 14%, enquanto as vendas internas subiram 0,2%, para 1,2 milhão de toneladas. O consumo subiu 7,9%, a 1,4 milhão de toneladas. A exportação atingiu 1,03 milhão de toneladas, mais 23,8%. (Com Camila Maia)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Queda de preços do etanol começa a chegar aos postos

A queda dos preços do etanol hidratado, que vem ocorrendo desde o início do ano nas usinas, começou a ser repassada para os motoristas da maior parte do país apenas na semana passada.

Entre os dias 15 e 21, os preços do biocombustível recuaram em 16 Estados e só subiram em dez unidades federativas, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Até então, os preços do etanol vinham caindo basicamente nos Estados mais próximos dos centros produtores.

Nas usinas, porém, os preços vêm em baixa desde a primeira semana do ano. O indicador Cepea/Esalq para o etanol hidratado já recuou 9,7% desde a semana de 2 a 6 de janeiro até a semana de 13 a 17 de fevereiro. Esse movimento tem influenciado os preços do etanol anidro, que pelo indicador Cepea/Esalq, acumula queda de 15,7% no mesmo período.

Essa desvalorização ocorre justamente em época de entressafra, quando normalmente as cotações costumam se manter mais altas do que no decorrer do ano.

Segundo Willian Hernandez, sócio da consultoria FG/A, a retração do consumo de etanol hidratado observada ao longo do ano passado, decorrente dos altos preços do produto até então, fez com que, neste início de ano, as distribuidoras

diminuíssem a quantidade comprada das usinas, o que vem derrubando o preço pago às unidades produtoras.

"A restrição de consumo que se viu quando a paridade [de preços entre o etanol e a gasolina] ultrapassou 75% foi muito alta", disse.

Essa queda de preços observada pelas unidades produtoras ainda deve continuar a ser repassada aos motoristas nas próximas semanas, acredita Hernandez. Já nas usinas, a tendência é de estabilização das cotações até o fim da entressafra, embora o período possa ser de forte volatilidade dos preços.

"São semanas de ajuste. Pode ter alguma reversão, com algum player que decida segurar preços com restrição de produto. Ou pode ocorrer o inverso, com alguma usina que inicie a safra mais cedo, ou liquide os estoques", afirmou.

Segundo Hernandez, as usinas que seguraram as vendas de etanol no fim do último trimestre do ano passado acabaram concentrando as vendas ainda em janeiro e conseguiram evitar vender o produto a preços ainda mais baixos, como observado nas últimas semanas.

Embora o preço do açúcar em reais também esteja em queda com a desvalorização do dólar, o recuo dos preços do etanol para as usinas está mais acentuado, garantindo que o açúcar ofereça um "prêmio" em torno de 25% sobre o biocombustível, segundo a FG/A.

MME / ASCOM .